

Press reports linked to

MOZAMBIQUE 168

News reports & clippings 8 September 2010

from Joseph Hanlon (j.hanlon@open.ac.uk) tinyurl.com/mozamb

=====

O País on-line, Maputo, www.opais.co.mz

Porquê 5 de Fevereiro? E porquê agora 1 de Setembro?

Quinta, 02 Setembro 2010 07:12 Jeremias Langa (Director Editorial)



O 5 de Fevereiro e o 1 de Setembro devem obrigar-nos a reflectir por que dizemos, todos os dias, que estamos a fragilizar a pobreza absoluta, quando fenómenos como o de ontem nos mostram que, afinal, há um desencanto enorme entre os cidadãos.

A pretexto do alto custo de vida, Maputo voltou, ontem, a ser sacudido por violentas manifestações, que se saldaram em perda de várias vidas humanas, muitos feridos, saques de estabelecimentos e enorme destruição de bens de cidadãos inocentes.

Por mais argumentos que se possam levantar, não há nada que justifique uma reacção com a violência que se assistiu, no dia de ontem, para manifestar o que quer que seja, sobretudo porque a manifestação é um direito constitucionalmente reconhecido a todos os cidadãos deste país. Basta requerê-lo para dele usufruir.

Uma manifestação com violência atinge pessoas inocentes, como sucedeu ontem, e essas pessoas são tão assoladas pelo aumento do custo de vida quanto os seus agressores. E isso tudo era perfeitamente evitável. Por esse facto, do ponto de vista da forma, estas manifestações são absolutamente condenáveis e intoleráveis!

Mas por dentro da forma, há sempre o conteúdo. Por isso, neste exercício analítico, é importante que não ignoremos o “porquê” destas manifestações; que nos interroguemos, permanentemente, sobre as reais motivações das mesmas; que nos questionemos por que grupos de pessoas, aparentemente isoladas, por meio de simples sms’s, conseguem organizar levantamentos em vários bairros suburbanos da cidade de Maputo e, com uma eficácia inesperada, sitiar a capital em poucas horas.

Durante muitos anos, não vivemos estes fenómenos, pelo menos nesta dimensão, e apenas a 5 de Fevereiro de 2008 começaram e ontem se consolidaram. Por alguma razão está a ser assim. E essa razão justifica-se na ruptura social entre os dois mundos de que se constitui a cidade capital e que há muito estão num conflito que se tornou indistigável, nos últimos tempos, e a 5 de Fevereiro de 2008 começou apenas a lançar as primeiras larvas.

Por detrás dos bandidos e arruaceiros que o ministro do Interior referiu como autores do vandalismo de ontem, há uma classe social que se identifica, perturbadoramente, com a causa em si e quiçá com a forma de manifestação dessa causa. Só isso explica que tenhamos visto jovens e adolescentes a assaltarem estabelecimentos, e senhoras e homens a ajudarem a saquear bens nesses mesmos estabelecimentos.

Estamos, pois, perante uma classe que se sente, manifestamente, excluída dos processos de partilha e redistribuição da renda, que sente que o Estado rompeu o contrato social consigo; que não vê mais no Estado uma fonte de soluções, mas sim de problemas – porque promove a acumulação de uns em detrimento da maioria.

Como sabiamente disse o Prof. Dr. Lourenço do Rosário, e José Pacheco não quis entender, não podemos dizer que todos os que estão na rua, nestas manifestações, são agitadores, arruaceiros. Assumir isso revela uma enorme desatenção sobre os fenómenos sociais em curso neste país. Revela insensibilidade de um governo, que, inexplicavelmente, deixou aumentar preços de água, luz, pão e comida - produtos essenciais na vida dos cidadãos - na mesma altura.

Uma crise nunca é algo agradável, ainda mais quando envolve violência e actos de vandalismo. Mas como referiu o Dr. Brazão Mazula, as crises desta natureza devem fazer-nos reflectir sobre os discursos que fazemos.

No caso da governação em Moçambique, o 5 de Fevereiro e o 1 de Setembro devem obrigar-nos a reflectir por que dizemos, todos os dias, que estamos a fragilizar a pobreza absoluta, quando fenómenos como o de ontem nos mostram que, afinal, há um desencanto enorme pelo agravar do fosso entre os que têm e os que não têm; por que dizemos que o nosso país é um exemplo de crescimento económico no mundo, quando isso não se reflecte na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos; por que dizemos que a agricultura é a base de desenvolvimento do país, temos o maior potencial de terra arável da SADC e a nossa aposta principal é a Revolução Verde, quando não há grandes mudanças (não é esse o conceito de

Revolução? Ruptura, mudanças), tudo o que consumos, importamos da África do Sul e a nossa agricultura nunca deixou de ser o que sempre foi - de subsistência e com pouca produtividade.

No lugar de oferecermos soluções aos cidadãos, fazemos truques de ilusionismo em muitas coisas para distrair os cidadãos. Falta farinha de trigo? Não há problema, temos um grande potencial de produção da mandioca, ela resolve como matéria-prima substituta para produzir o pão. Passada a crise do trigo, ninguém se lembra mais da mandioca. O combustível está caro? Não há problemas, produzimos a jatropha, e através dela, os biocombustíveis. São mais baratos, não poluem o ambiente. Passada a crise, ninguém se lembra mais da jatropha. Nova crise de combustíveis? Não há problemas, temos enormes reservas de gás no país, o seu uso é mais barato que o gásóleo. Passada a crise, o gás está esquecido, mas em outra crise, lembrar-nos-emos de que os custos de conversão não são comportáveis para o cidadão, por isso é preciso fazer estudos. Mas há problemas para resolver hoje? Damos subsídio. Se é sustentável ou não? Não importa, amanhã se vê.

E de truque em truque de ilusionismo, lá se constrói o futuro melhor deste país. É, precisamente, esta lógica de gestão que temos que abandonar.

O que aconteceu, primeiro a 5 de Fevereiro e agora ontem, é um sinal estridente de que temos que gerir o país dentro de uma ordem diferente da que o vimos gerindo; é sinal de que urge mudanças porque o país idealizado nas mentes dos dirigentes não é o mesmo em que vivem os governados. É um perturbador sinal de que temos que aceitar discutir os nossos próprios preconceitos. Como por exemplo, a inaceitável sobreposição que se continua a fazer do partido Frelimo em relação ao Estado e ao governo.

Ontem, no auge da crise, quando todos ansiavam por uma palavra de conforto do mais alto magistrado da nação, foi o porta-voz do partido Frelimo que veio falar primeiro, em pose de estadista. Seguiu-se o ministro do Interior e, finalmente, numa lógica tão inaceitável quanto intrigante, o Chefe de Estado, bem já ao princípio da noite, quando o caldo há muito estava entornado! É inacreditável!

O Chefe de Estado é o farol orientador de um país, nos bons e nos maus momentos. É ele a voz apaziguadora e tranquilizadora das tensões sociais. Ontem, não o foi. Não soube sê-lo. Porque veio tarde demais a sua mensagem. Tudo porque, ontem, o nosso Presidente, no auge da crise, reuniu o partido no lugar do seu governo. Ou seja, mostrou que confia mais no partido que no próprio governo que lidera, quando se trata de encontrar soluções para o país. Dá para acreditar?

Governo levou o povo ao desespero e o povo respondeu com violência!

Sexta, 03 Setembro 2010 10:42 Lázaro Mabunda (Sub-chefe da Redacção):



Os Bons governantes nunca aparecem para pedir calma a um povo faminto e desgastado pelas péssimas condições de vida. Governantes sensíveis aparecem, nestes momentos, para revelar decisões de fundo para minimizar o sofrimento do seu povo. Dizia numa das opiniões que o Governo devia ter em consciência que uma das maiores “subtilezas da arte de governar é nunca levar o povo ao desespero. Um povo desesperado é igual a um militar levado ao desespero por um inimigo”. Aconteceu. O Governo levou o seu povo ao desespero e o povo respondeu com violência. Aconteceu o que há muito se esperava, apesar de ter sido um pouco tarde.

Ontem, quando se esperava que o Conselho de Ministros aparecesse publicamente a apresentar as soluções para as reivindicações do povo, o mesmo Conselho de Ministros, à semelhança do que o ministro do Interior, José Pacheco, tinha feito, apareceu para insultar o mesmo povo que o elegeu para estar no poder. Chamar o povo de vândalo e marginal é atitude de um governo desorientado, insensível e felino.

O discurso de Pacheco acabou rebocando o Chefe do Estado, Armando Guebuza, e o Conselho de Ministros, para a mesma linha de orientação, chamando vândalos aos manifestantes, os mesmos que durante as últimas eleições faziam campanha que conduziu à reeleição da Frelimo e do próprio Presidente da República, a troco de 200 MT e um pedaço de frango, diários. Os Bons governantes nunca aparecem para pedir calma a um povo faminto e desgastado pelas péssimas condições de vida. Governantes sensíveis aparecem, nestes momentos, para revelar decisões de fundo para minimizar o sofrimento do seu povo.

Curiosamente, todos os dirigentes que ontem se pronunciaram foram unânimes em que crianças foram instrumentalizados para encabeçarem as manifestações.

Ora, esqueceram que os primeiros afectados pelo agravamento de preços, custo de vida, são as próprias crianças que ficam sem pão, sem dinheiro de transportes, são obrigados a abandonarem a escola, as suas refeições são reduzidas, entre outras.

Um dos graves erros deste Governo é nunca ter sido comunicativo durante esses meses em que os produtos sofreram agravamento. Investiram muito, como sempre, na reprodução do discurso de que o

custo de vida era ditado por “factores exógenos” e “conjuntura internacional” ao invés de um apelativo e de união enquanto se procuram soluções para esse problema. O povo não entende, não sabe e nem quer saber o que são “factores exógenos” ou “conjuntura internacional”.

Quer dizer, foi um governo de atirar a culpa para factores externos e não de procura de soluções para o dilema. Um Governo de reacção do que propriamente de acção e pro-acção; que nunca se preocupou em traçar cenários do que poderá vir a acontecer no futuro, caso esta situação se mantivesse.

Nós não escolhemos um Governo para nos apresentar justificações em períodos de tensão, escolhemos um Governo para nos dar soluções em situações de crises. Ou seja, mais do que justificações, o Governo deve apresentar soluções que o povo espera.

Nisto, fico com a sensação de que os nossos governantes falam mais de boa governação, mas não sabem o que isso significa.

A recente visita de Hilary Clinton a África permitiu que utilizadores da Internet em todo o mundo acompanhassem a sua viagem, através da página do America.gov, no Facebook, participando numa conversa mundial sobre os desafios mais importantes que a África enfrenta hoje. Durante um mês, fãs do jornal electrónico dos EUA colocaram mais de 700 comentários, respondendo a perguntas sobre o papel de cidadãos americanos e africanos no desenvolvimento do continente.

Dos que participaram na conversa, no site, 57%, disseram que o desafio mais importante enfrentado pelos africanos é ter “boa governação”. À pergunta sobre “O que é boa governação?” As respostas dos participantes, resumiram-se no seguinte:

- Boa governação depende de transparência, responsabilidade e igualdade de modo a responder às necessidades do povo.

- Boa governação é o acto de viver em paz com o povo, ser amado pelo povo que se governa, pensar no que fazer para que aqueles que se governa possam beneficiar.

- Boa governação significa o maior bem para o maior número.

O grande dilema do nosso país é que os nossos governantes nunca tomam decisões que beneficiem a todos. São dirigente do tipo “eu primeiro”, “depois o povo”.

=====

@Verdade

<http://www.verdade.co.mz/temadefundo/themadefundo/no-dia-em-que-helio-nao-voltou-para-casa.html>

No dia em que Hélio não voltou para casa



Escrito por João Vaz de Almada Quinta, 02 Setembro 2010
21:14 @Verdade

Já passa das 10 da manhã e a circulação automóvel no interior da cidade de Maputo, à medida que o tempo passa, é cada vez mais reduzida. Nesta quarta-feira, primeiro dia do mês de Setembro, o exíguo número de veículos faz lembrar os anos de 1993/ 94, quando a capital moçambicana era percorrida quase exclusivamente por viaturas da ONUMOZ, a força de paz que as Nações Unidas destacaram para Moçambique, logo após a assinatura do Acordo Geral de Paz, rubricado em Roma, em Outubro de 1992.

Ao cimo da luxuosa Avenida Kenneth Kaunda - ficam aqui muitas residências dos embaixadores estrangeiros e de

altos dirigentes do partido no poder -, já depois da Praça da OMM (Organização da Mulher Moçambicana), a nuvem de fumo adensa-se e uma ligeira brisa transporta o odor desagradável da borracha queimada. As fogueiras de pneus traçam a fronteira: da Praça para baixo e para a direita, em direcção ao bairro do Polana Caniço, fica a “cidade de caniço” que se desloca diariamente para trabalhar para a outra, para a “cidade de cimento”.

Mas hoje, contrariamente à rotina de todos os dias, quase ninguém veio trabalhar.

Desde as seis de manhã que os chapas não ousam fazer-se à estrada. A propalada greve, convocada na véspera por sms, está a ter uma aderência de quase 100%. Os cerca de dois milhões de moçambicanos que protestam contra o desmesurado aumento do custo de vida registado nos últimos dias, estão dispostos a levar o seu protesto por diante e chegar à cidade de cimento, “àqueles que têm poder de decisão”, refere um popular que caminha em passo apressado tentando alcançar a Praça antes da chegada dos manifestantes àquela zona.

Ninguém passa para o cimento

O ruído da multidão é cada vez mais sonoro e a cadência dos passos intensifica-se, sinal que a turba se aproxima rapidamente da Praça. Momentos antes, três veículos carregados de polícias munidos de metralhadoras AK 47 - armamento da PRM (Polícia da República de Moçambique) - tomam posições ao longo da Praça. A multidão chega ao local e a tensão aumenta à medida que crescem as palavras de ordem que clamam por justiça. Os tiros de aviso, sinal de intimidação, sucedem-se.

O descontrolo entre os polícias é grande, e a turba, cada vez mais vociferante, entra na Avenida Vladimir Lenine, tomando a direcção da Baixa da cidade. Agora as ordens parecem claras: ninguém pode passar para o cimento. Rapidamente tudo se precipita e os disparos, exclusivamente da polícia, tomam as mais variadas direcções, com dois deles a deixar um corpo já cadáver e outro em estado grave que acaba por ser socorrido por uma carrinha da Cruz Vermelha. A turba, essa, recua, voltando à procedência. No alcatrão, jazem dezenas de chinelos que o pânico deixou para trás.

“A Frelimo é que está em guerra connosco”

Agora, os disparos vêm lá de baixo, da esquina das Avenidas Joaquim Chissano com a Avenidas de Lusaca. Aqui já estamos em pleno canhão e o fumo e fogo que brotam dos pneus e dos troncos de madeira toldam a visibilidade. Na Avenidas de Lusaca há mais disparos e gente a fugir. A notícia de dois jovens atingidos por balas reais corre célere, tão célere quanto a turba a dispersar.



Um dos polícias interrogados por nós não confia na notícia e remete esclarecimentos para o comandante que está na Praça dos Heróis, a mais de dois quilómetros de distância. Sob agitação e alguns tiros corremos para o local. “Já levaram uma criança que estava ferida por bala”, revela um transeunte. “Isto é fogo real. Vocês têm de escrever que a polícia está a matar o povo inocente e indefeso”, enquanto isso outro popular puxa-nos para o outro lado da rua em direcção a uma criança que jaz cadáver, coberto por uma capulana.

Do seu lado esquerdo repousa a pasta com os livros da escola. Do lado direito, uma enorme poça de sangue testemunha a brutalidade do disparo. “Atingiram-no aqui na cabeça”, berra uma mulher indignada, enquanto levanta o improvisado sudário. “Chamava-se Hélio tinha 11 anos e regressava da escola quando foi atingido”, diz-nos Albino Massinga, pedreiro de profissão e activista em várias organizações cívicas. “Estamos contra o aumento do custo de vida, é um protesto legítimo. Eu vivo com menos de 50 meticais por dia. Se a manifestação existe é porque as pessoas não estão contentes. Eu saí de casa porque senti o peso que outras pessoas que estão aqui sentem. Dói sermos explorados injustamente.”

E continua: “Nós votámos neles [Frelimo], mas a Frelimo não é aquela pessoa que está hoje na cadeira do poder. A Frelimo foi um partido que sempre quis dar o melhor ao povo desde os tempos de Samora Machel. E os actuais dirigentes não sentem pena desta gente que está cada vez a sofrer mais?” Depois teceu comparações com a vizinha África de Sul, onde vários sectores estão em greve há duas semanas: “Lá, nas manifestações, participaram pessoas da alta sociedade, como médicos, professores, engenheiros e aqui é só gente da classe baixa. Mas é essa gente desfavorecida que vota na Frelimo e, no entanto, a Frelimo esquece-a. E se eles pensam que esta classe baixa não é capaz de mudar este estado de coisas estão enganados. A Frelimo é que está em guerra connosco. Não somos nós que estamos em guerra com a Frelimo.”

Agora, as pessoas em volta do corpo de Hélio concentram-se em grande número. A indignação cresce, quando falam de uma criança indefesa que foi atingida por uma bala quando regressavam da escola. “Queremos justiça! Os assassinos estão fardados! Isto não é bala perdida. Bala perdida não atinge cabeça.” A polícia volta a investir e o povo volta a procurar refúgio entre as pequenas habitações de blocos que a falta de dinheiro não deixou concluir. Ouvem-se berros: “Vamba Caya! Vamba Caya!”, que em changane, língua do sul de Moçambique, significa vai embora para casa. Volvida uma hora, um carro da Cruz Vermelha chega para recolher o corpo.



Hoje, ao contrário de sempre, Hélio não irá para casa depois das aulas.

A pobreza sai muito caro

“A pobreza sai muito caro. Ser pobre custa muito dinheiro. Os motins da semana passada comprovam este paradoxo. Jovens sem presente agrediram o seu próprio futuro. Os tumultos não tinham uma senha, uma organização, uma palavra de ordem. Apenas a desesperada esperança de poder reverter a decisão de aumento de preços”

Cercado por uma espécie de guerra, refém de um sentimento de impotência, escuto tiros a uma centena de metros. Fumo escuro reforça o sentimento de cerco. Esse fumo não escurece apenas o horizonte imediato da minha janela. Escurece o futuro. Estamos nos suicidando em fumo? Ironia triste: o pneu que foi feito para vencer a estrada está, em chamas, consumindo a estrada. Essa estrada é aquela que nos levaria a uma condição melhor.

E de novo, uma certa orfandade atinge-me. Eu, como todos os cidadãos de Maputo, necessitaríamos de uma palavra de orientação, de um esclarecimento sobre o que se passa e como devo actuar. Não há voz, não rosto de nenhuma autoridade. Ligo rádio, ligo televisão. Estão passando novelas, música, de costas voltadas para a realidade. Alguém virá dizer-nos alguma coisa, diz um dos meus filhos. Ninguém, excepto uma cadeia de televisão, dá conta do que se está passando.

Esta luta desesperada é o corolário de uma vida de desespero. Sem sindicatos, sem partidos políticos, a violência usada nos motins vitimiza sobretudo quem já é pobre.

Grave será contentarmo-nos com

condenações moralistas e explicações redutores e simplificadoras. A intensidade e a extensão dos tumultos deve obrigar a um repensar de caminhos, sobretudo por parte de quem assume a direcção política do país. Na verdade, os motins não eram legais, mas eram legítimos. Para os que não estavam nas ruas, mesmo para os que condenavam a forma dos protestos, havia razão e fundamento para esta rebelião. Um grupo de trabalhadores que observava, junto comigo, os revoltosos, comentava: são os nossos soldados. E o resto, os excessos, seriam danos colaterais.

Os que não tinham voz diziam agora o que outros pretendiam dizer. Os que mais estão privados de poder fizeram estremecer a cidade, experimentaram a vertigem do poder. Eles não estavam sugerindo alternativas, propostas de solução. Estavam mostrando indignação. Estavam pedindo essa solução a “quem de direito”. Implícito estava que, apesar de tudo, os revoltosos olhavam como legítimas as autoridades de quem esperavam aquilo que chamavam “uma resposta”. Essa resposta não veio. Ou veio em absoluta negação daquilo que seria a expectativa.

Poderia ser outra essa ausência de resposta. Ou tudo o que havia para falar teria que ser dito antes, como sucede com esses casais que querem, num último diálogo, recuperar tudo o que nunca falaram. Um modo de ser pobre é não aprender. É não retirar lições dos acontecimentos.

As presentes manifestações são já um resultado dessa incapacidade.

Para que, mais uma vez, não seja um desacontecimento, um não evento. Porque são muitos os “não eventos” da nossa história recente. Um deles é a chamada “guerra civil”. O próprio nome será, talvez, inadequado. Aceitemos, no entanto, a designação. Pois essa guerra cercou-nos no horizonte e no tempo. Será que hoje retiramos desse drama que durou 16 anos? Não creio. Entre esquecimentos e distorções, o fenómeno da violência que nos paralisou durante década e meia não deixará ensinamentos que produzam outras possibilidades de futuro.

Vivemos de slogans e estereótipos. A figura emblemática dos “bandos armados” esfumou-se num aperto de mão entre compatriotas. Subsiste a ideia feita de que somos um povo ordeiro e pacífico. Como se a violência da chamada guerra civil tivesse sido feita por alienígenas. Algumas desatenções devem ser questionadas. No momento quente do esclarecimento, argumentar que os jovens da cidade devem olhar para os “maravilhosos” avanços nos distritos é deitar gasolina sobre o fogo. O discurso oficial insiste em adjectivar para apelar à auto-estima. Insistir que o nosso povo é “maravilhoso”, que o nosso país é “belo”. Mas todos os povos do mundo são “maravilhosos”, todos os países são “belos”. A luta contra a pobreza absoluta exige um discurso mais rico. Mais que discurso exige um pensamento mais próximo da realidade, mais atento à sensibilidade das pessoas, sobretudo dessas que suportam o peso real da pobreza. *Mia Couto*



=====

Manifestações são legítimas

PARTIDOS políticos da oposição mostraram-se ontem solidários às manifestações realizadas nos últimos dois dias nas cidades de Maputo e Matola por considerarem que as reivindicações feitas são legítimas e oportunas, embora condenem veementemente os actos de violência, destruição e pilhagem que se verificaram um pouco por todo o lado, durante o levantamento.

Maputo, Sexta-Feira, 3 de Setembro de 2010:: Notícias

Para as nossas fontes, nada justifica os actos de violência que, de acordo com dados preliminares avançados pela Polícia da República de Moçambique, resultaram em seis mortos, dezenas de feridos, para além de devastação e saque de lojas, estações de serviços, apedrejamento de viaturas, dentre carros privados e de transporte público de passageiros, entre outros.

De acordo com os políticos abordados, o Governo que ontem se reuniu em Conselho de Ministros Extraordinário, deve tomar medidas imediatas visando estancar a “subida galopante do custo de vida”, particularmente no que respeita ao custo dos produtos de primeira necessidade, como é o caso do pão, arroz, farinha, energia eléctrica, água, sabão, entre outros.



Miguel Mabote

DESEMPREGO É O PROBLEMA – AFIRMA MIGUEL MABOTE, DO PT

Maputo, Sexta-Feira, 3 de Setembro de 2010:: Notícias

Para o Partido Trabalhista, o problema que está por detrás das violentas manifestações é o desemprego e não a subida de preços dos produtos básicos. De acordo com o líder desta formação política, Miguel Mabote, o desemprego está a degradar cada vez mais o nível de vida dos cidadãos, pois, segundo disse, numa família de dez pessoas apenas uma é que trabalha. “E, para essa pessoa, o agravamento dos preços, que é normal em qualquer parte do mundo, torna mais difícil a gestão familiar. Agora, se nessa família pelo menos cinco pessoas trabalhassem, a situação seria mais fácil para todos”, disse.

Depois de reconhecer a legitimidade da manifestação, Miguel Mabote condenou as cenas de vandalismo, caracterizadas pela destruição de lojas, bombas de gasolina, carros particulares e dos serviços públicos, afirmando que tal atitude apenas atrasa mais o desenvolvimento individual e colectivo dos moçambicanos. Segundo este líder político, o importante é fazer com que as manifestações sejam movimentos pacíficos, que tragam uma mensagem clara e objectiva do que se pretende. “Muitos sectores afirmam que esta manifestação não tem rosto, não tem liderança, daí o Governo não ter com quem negociar. Neste tipo de levantamentos o importante não é quem está à frente, porque à frente estão todos aqueles que sentem cada vez mais dificuldades de se alimentar, vestir ou possuir um tecto para viver”, afirmou.

Acrescentou que para se resolver este tipo de situações “o Governo não tem que negociar nada, mas anunciar medidas de efeito imediato para estancar o agravamento de preços”.

Na ocasião, Mabote fez questão de lamentar o facto da maior parte das pessoas que aderiram à greve ser desempregada e não trabalhadores.



Raul Domingos

FALTA VISÃO REALISTA – REFERE RAUL DOMINGOS, PDD

Maputo, Sexta-Feira, 3 de Setembro de 2010:: Notícias

Raul Domingos, líder do Partido para a Paz e Democracia e Desenvolvimento (PDD), referiu que o Governo moçambicano deve ter uma visão realista do que é a situação política, económica e social do país de forma a evitar este tipo de situações.

Segundo ele, o Executivo, que ontem se reuniu, deveria ter já realizado tal encontro de modo não só a analisar a situação social e económica do país, como também para identificar medidas preventivas para que este tipo de manifestações não ocorra.

“A falta de uma visão realista da situação faz com que o Governo não tenha sensibilidade em relação aos problemas nacionais. A esta questão, devemos associar a forma arrogante que o Governo sempre demonstrou ao lidar com assuntos de natureza social, sobretudo com os que tocam directamente as pessoas mais carenciadas. Tudo isto vai, sem dúvidas, desaguar nesta situação: manifestações violentas porque as pessoas acabam se saturando. Os moçambicanos estão saturados da maneira como vivem”, frisou o antigo número dois da Renamo.

Para Domingos, Moçambique ainda não goza de liberdades democráticas básicas, como, por exemplo, o direito à manifestação ou à liberdade de prática de actividade política. “Como exemplo, temos o caso de Afonso Dhlakama, que logo que falou de realizar manifestações pacíficas foi cercado pela Força de Intervenção Rápida (FIR). O mesmo aconteceu com Hermínio, o líder dos desmobilizados de guerra, este último chegou, inclusive, a ser preso”, elucidou.

Raul Domingos não só lamentou a violência gerada na manifestação, como também a actuação do Governo que, segundo disse, é o principal culpado por a situação ter chegado a este extremo. “É claro que estamos num país anormal, daí que as populações não terem confiança nas instituições, daí que saem para a rua e fazem elas mesmo a sua luta. Os sindicatos não são credíveis, se não seriam eles a liderar este tipo de movimentos”, disse.

Sobre o que pode acontecer daqui para frente no país, o nosso interlocutor afirmou que, antes de tudo, o Governo deve acalmar a situação com medidas concretas de impacto imediato, medidas que tranquilizem os cidadãos no seu dia-a-dia; depois, deve trabalhar para que o país regresse a uma vida normal, o que inclui o facto de o Presidente da República, Armando Guebuza, passar a ser o Presidente dos Moçambicanos e não do partido Frelimo, “como sempre demonstra ser”.

“O Governo deve, igualmente, garantir o exercício das liberdades consagradas na Constituição. O país deve gozar de uma efectiva liberdade de pensamento e de criação, pois só assim é possível todos colaborarem para o desenvolvimento do país porque a continuarmos assim não tarda que haja levantamentos piores do que este”, referiu para depois apelar medidas de austeridade por parte do Executivo de Armando Guebuza.

LAMENTÁVEL MAS LEGÍTIMA – CONDENA JOSÉ MANUEL DE SOUSA, MDM

Maputo, Sexta-Feira, 3 de Setembro de 2010:: Notícias

O Movimento Democrático de Moçambique (MDM), na voz do seu porta-voz, José Manuel de Sousa, acha que as manifestações realizadas quarta e quinta-feira nas cidades de Maputo e Matola são legítimas embora o partido de Daviz Simango condene veementemente a onda de violência que as caracterizaram. “O MDM considera que os manifestantes têm toda a legitimidade legal e constitucional para realizarem os protestos contra a subida dos preços dos bens essenciais, como energia, água e pão. Contudo, o partido lamenta a onda de violência que caracterizou a reivindicação porque não é destruindo escolas, carros e roubar armazéns que vamos fazer valer os nossos direitos”, afirmou o porta-voz do “galo”.

José Manuel de Sousa fez questão de referir que o MDM, a nível da Assembleia da República e noutros fóruns nacionais, tem alertado para a ocorrência deste tipo de situação devido ao que chamou de subida galopante de preços de tudo no país. Aliás, a fonte referiu que um dos indicativos para a ocorrência deste tipo de situações “é o facto de o salário mínimo nacional não corresponder cada vez mais com o nível de preços que se praticam no mercado nacional”.

Como forma de se ultrapassar estes problemas, José Manuel Sousa propõe que o Governo, primeiro, deve encetar negociações com todos aqueles que se encontram envolvidos nesta questão, nomeadamente, sindicatos e outros tipos de organizações socioeconómicas de defesa dos direitos dos cidadãos.

“Por outro lado, devem ser adoptadas políticas públicas de efeito imediato com vista a estancar a subida galopante de preços, principalmente de produtos básicos. Aliás, o Governo conseguiu, na altura das eleições, encontrar solução para estancar a subida do preço de combustível. Conseguiu arranjar dinheiro para subsidiar o combustível. Onde está esse dinheiro hoje? Porque é que não usa medidas idênticas para o pão, a energia ou a água?”, questionou José Manuel de Sousa.



Francisco Campira

OTM NÃO É CREDÍVEL – CONSIDERA FRANCISCO CAMPIRA, DO CPDM

Maputo, Sexta-Feira, 3 de Setembro de 2010:: Notícias

O Centro de Promoção da Democracia Multipartidária (CPDM) considera que a revolta popular, marcada pela violência em alguns casos, é resultado da falta de credibilidade das instituições e organizações de defesa do trabalhador, com destaque para a Organização dos Trabalhadores de Moçambique (OTM-Central Sindical).

De acordo com Francisco Campira, líder da organização que engloba mais de 32 partidos políticos, esta situação faz com que os populares quando têm algo a reclamar o façam pessoalmente, através daquilo que consideram ser o maior meio de chamar atenção de quem de direito, as manifestações de rua.

Tal como outros entrevistados, Campira condenou a onda de violência que está a caracterizar estes levantamentos populares mas reconheceu ser a única forma de chamar atenção ao Governo para os problemas da maioria.

“Se calhar foi devido às manifestações de quarta-feira que o Presidente da República veio a público falar e convocar o Conselho de Ministros para discutir a crise que se está a instalar no país”, disse.

Segundo ele, é necessário que a OTM-Central Sindical deixe de se “atrelar” ao Partido Frelimo e trabalhar em prol dos seus filiados, defendendo os seus direitos e promovendo o seu bem-estar.

“Por outro lado, é necessário que o Governo deixe de instalar o sindicato dos trabalhadores da função pública, pois este é mais um instrumento de implementação e desenvolvimento da democracia. Este será mais um interlocutor válido para as negociações entre o Governo e a massa laboral. A nível da Constituição da República este tipo de agremiação profissional está previsto. O Governo é que anda a retardar a sua institucionalização”, afirmou Francisco Campira.

De acordo com a fonte, o Executivo de Armando Guebuza deve empenhar-se imediatamente no sentido de resolver, o mais cedo possível, o problema da alta de preços porque a nível internacional os preços do petróleo e outros produtos começa a cair.

“É verdade que é preciso produzirmos comida e outros bens essenciais, mais o Governo tem de criar condições para que o camponês não só produza, como possa escoar a sua produção para os centros urbanos e outros centros comerciais”, enfatizou o líder do CPDM.

=====

Ainda as manifestações: Preservar a concórdia e o bom nome do país - consideram figuras entrevistadas pelo “Notícias” em Maputo, condenando actos de vandalismo registados

PRESERVAR a paz e o bom nome do país deve ser o apanágio de cada cidadão moçambicano ante as adversidades da actualidade que têm como génese a crise financeira e de alimentos que se registam no mundo e que se reflectem no aumento do custo de vida, segundo afirmaram, em Maputo, figuras entrevistadas pelo “Notícias” na esteira das manifestações de 1 de Setembro corrente.

Maputo, Segunda-Feira, 6 de Setembro de 2010:: Notícias

(Excerto)

PARTILHAR IMPACTO PELOS DIFERENTES ESTRATOS - AFIRMA NOBRE CANHANGA, ACADÉMICO

Maputo, Segunda-Feira, 6 de Setembro de 2010:: Notícias

PARA o académico Nobre Canhanga, as manifestações trouxeram para o debate público o questionamento sobre o sentido efectivo do discurso político da redução da pobreza em Moçambique e até quanto este se adequa ao sentimento generalizado da maioria da população.

Afirmou que um significado evidente é de que existe um descompasso entre o discurso político e a realidade vivida pelos cidadãos. “Se queremos encontrar uma solução efectiva dos problemas que estão na origem das manifestações não deveremos concentrar a nossa análise na legitimidade do fenómeno. Sob este ângulo de análise, encontramos um certo valor legítimo expresso ou manifesto pelos populares. Porque? Veja-se que maior parte dos indivíduos envolvidos nas demonstrações foram mulheres, jovens e crianças que em qualquer canto do mundo sofrem directamente o impacto dos choques políticos, económicos ou financeiros”, disse.

Segundo Nobre Canhanga, estes grupos demográficos são os mais vulneráveis às questões de desemprego, da falta de habitação, urbanização, transporte, falta de pão, água, fome, sede e outros, daí que seja erróneo considerar que as manifestações foram ilegais e ignorar a legitimidade do fenómeno e o sentimento que aqueles grupos populacionais expressaram através das manifestações.

Defendeu que uma outra questão que é necessário verificar é o facto de que aqueles grupos vulneráveis têm dificuldades de se relacionar com o Estado e as instituições. Para o académico, tal deriva do facto de que os mecanismos de formulação de demandas, apoios públicos, intermediação e diálogo entre o Estado e os diferentes sectores estão a falhar ou não estão a funcionar adequadamente.

“Estes grupos vulneráveis não têm com que mediar o volume das preocupações que enfrentam no dia-a-dia. Por isso, é necessário questionar se as instituições que deveriam representar os interesses daqueles grupos vulneráveis e se as políticas financeiras funcionam em prol dos grupos vulneráveis ou não. Acho que se os mecanismos de intermediação entre o Estado e os diferentes grupos sociais funcionassem de

forma efectiva, as preocupações dos manifestantes teriam sido acolhidas e medidas apropriadas teriam sido tomadas antes que as manifestações atingissem as proporções verificadas”, afirmou.

De acordo com a fonte, as organizações da sociedade civil e os partidos políticos que deveriam intermediar as vontades dos cidadãos com o Estado deixaram de funcionar ou de exercer o seu papel efectivo. Por isso, num contexto de frustração, desespero insatisfação, aqueles grupos vulneráveis recorrem a meios ou mecanismos violentos como forma de manifestar o seu descontentamento em relação às políticas e às instituições, quer sejam elas públicas ou privadas. É necessário entender que quando isto ocorre pode significar que os cidadãos estejam a retirar a magnitude da sua confiança em relação ao papel do Estado, dos sindicatos, dos intelectuais, das organizações da sociedade civil, incluindo mesmo as igrejas e os partidos políticos.

Nobre Canhanga disse que o Governo optou pelo uso da força desproporcional para conter os manifestantes. Entretanto, afirmou, nem a Polícia, nem o Exército, muito menos o excessivo controlo do Estado e das forças de segurança podem evitar que as manifestações voltem a acontecer num futuro imediato.

“É preciso reconhecer que o cidadão comum entende e percebe que o país vive dificuldades económicas e financeiras derivadas da conjuntura internacional. Os cidadãos querem que o impacto dessas políticas seja partilhado pelos diferentes estratos políticos, económicos e sociais. Os cidadãos e contribuintes querem saber que políticas financeiras o Estado está a tomar para garantir o equilíbrio na distribuição das despesas públicas. Os cidadãos querem saber como o Estado vai fazer a contenção de gastos, para que todos partilhemos o impacto da crise económica”, afirmou.

REDUZIR DESPESAS

Maputo, Segunda-Feira, 6 de Setembro de 2010:: Notícias

O ACADÉMICO e analista Francisco da Conceição defende que as únicas medidas que podem amainar os ânimos dos manifestantes são de carácter paliativo. Uma dessas medidas, segundo afirmou, é a redução das despesas dos ministérios.

“O Governo tem que mostrar que também consente sacrifícios. Neste momento, está numa encruzilhada. O Governo tem que ter uma grande capacidade técnica de leitura dos sinais de forma a atenuar a situação. As dificuldades ainda vêm aí. O país vive de doações. O sentimento que existe é que o Governo está numa boa e a população a passar mal. Na minha opinião, tem que haver medidas para atenuar as dificuldades, sob pena de ruptura do contrato social”, disse, ajuntando que a estratégia de comunicação se revelou bastante fraca.

Francisco da Conceição afirmou que quando as instituições formais não respondem às demandas da população, gera-se uma rebelião. Considerou incomportável para a maioria da população a subida de uma única vez dos preços de água, energia e pão, sabendo-se que parte considerável é desempregada.

CONTRATO SOCIAL ROMPIDO

Maputo, Segunda-Feira, 6 de Setembro de 2010:: Notícias

O PRESIDENTE do Centro de Estudos Moçambicanos e Internacionais (CEMO), Manuel de Araújo, condenou a violência registada nas manifestações, mas disse que do ponto de vista sociológico elas são perfeitamente compreensíveis, dada a pressão no seio da população.

“O que acontece é que há hegemonia de um único partido que acaba se descuidando dos processos de tomada de decisão. Muita coisa não funciona. O Conselho de Estado, por exemplo, não se reúne ou poucas vezes se reúne. Outrossim, não temos sindicatos nem partidos políticos que possam articular o sentimento da sociedade. O resultado disso é a explosão social. Veja que os trabalhadores foram envolvidos ou afectados mas os sindicatos não se pronunciaram. É estranho. Há que repensar no contrato social, que foi rompido. Para mim, tratou-se de uma revolta popular e nunca ouvi falar em nenhuma parte do mundo de uma revolta popular que é legal”, disse, ajuntando que o que se verifica é uma “erosão” dos sistemas de comunicação e afirmação política, em resultado da maioria.

=====

Para atenuar elevado custo de vida: Governo deve incentivar medidas de austeridade – defendem personalidades contactadas pelo “Notícias”

TODOS os moçambicanos, incluindo os membros do Governo, devem adoptar medidas de austeridade, para além de apostar no aumento da produção e produtividade, sobretudo na agricultura, para fazer face ao elevado custo de vida.

Maputo, Sábado, 4 de Setembro de 2010:: Notícias

Esta posição foi defendida ontem, em Maputo, por personalidades contactadas pela nossa Reportagem a propósito das manifestações populares realizadas quarta e quinta-feira nas cidade de Maputo e Matola, marcadas por vandalismo, saque e alguma violência, que se saldou em sete mortos, mais de 280 feridos, para além de avultados danos materiais calculados em mais de 150 milhões de meticais.

Para as nossas fontes, o Executivo deve adoptar uma postura baseada num diálogo constante e fluído com a sociedade, onde as explicações sobre as decisões tomadas sobre a vida social e económica do país, face à crise financeira que abala o mundo, sejam permanentes.



Carlos Jeque

MANIFESTAÇÃO É ILEGAL

Maputo, Sábado, 4 de Setembro de 2010:: Notícias

Para o jurista e político independente, Carlos Jeque, as manifestações que se realizaram quarta e quinta-feira nas cidades de Maputo e Matola foram ilegais porque não respeitaram o preceituado na legislação vigente sobre a matéria e feriram a Constituição da República.

Apesar de reconhecer que o movimento popular “reflecte o descontentamento popular em relação ao custo de vida no país”, Carlos Jeque afirma que os promotores deste levantamento não observaram a lei e durante a sua ocorrência tiveram lugar actos que atentaram contra a vida de cidadãos pacíficos, para além de violação do direito de prioridades, actos de vandalismo que foram para além de um simples protesto.

“Contudo, devo aqui sublinhar que a população tem o direito de se manifestar contra os actos do Governo, mas deve fazê-lo dentro das normas vigentes”, sublinhou o jurista.

Carlos Jeque, que já concorreu para o cargo de Presidente da República nas eleições de 1994, referiu ainda que com vista a debelar este tipo de acções, o Governo deve se manter firme na defesa dos interesses do cidadão e prosseguir com os planos traçados para o desenvolvimento do país.

“Porém, nesse percurso, o Executivo deve reflectir sobre a sua forma de governação, a forma como deve comunicar-se com a população”, disse para depois defender uma cada vez maior aproximação entre os membros do Executivo às populações, em todos os níveis.

Instado a pronunciar-se sobre as respostas imediatas que o Governo deve adoptar com vista a estancar a subida galopante do nível de vida no país, Carlos Jeque referiu que antes de tudo, os membros do Executivo devem começar a fazer verdadeira contenção de despesas públicas.

“Aliás, no seu pronunciamento após o Conselho de Ministros Extraordinário para avaliar a situação das manifestações, o Governo reconhece que o custo de vida é elevado no país e afecta significativamente a população. Mas também é preciso reconhecer que a dependência externa do país impõe que o Executivo tome medidas impopulares, como o agravamento de preços de produtos básicos”, disse.

Explicou que o problema pode até não ser esse, mas sim como implementar essas medidas e em que momento. “Por exemplo, é imperioso que se faça uma revisão do IRPS, pois as suas taxas são elevadíssimas; também se deve reduzir os gastos públicos com dirigentes; deve controlar a gestão das empresas públicas ou com participação do Estado”, disse apelando a uma cada vez maior humildade dos membros do Governo na sua interacção com a população.



António Gaspar

EVITAR MEDIDAS DRÁSTICAS

Maputo, Sábado, 4 de Setembro de 2010:: Notícias

António Gaspar, docente e investigador do Instituto Superior de Relações Internacionais, começou por lamentar a situação de violência vivida nos dois dias das manifestações populares, afirmando que “nada justifica” o nível de distúrbios, pilhagem e destruição que se verificou nas duas urbes palco do levantamento popular.

“O país possui mecanismos de negociação e esses mecanismos devem ser explorados ao máximo”, disse para depois sublinhar que tanto a população, como o Governo não devem despender recursos e energia. Sobre o facto de se falar numa “manifestação sem rosto”, Gaspar disse que a “cara” é o elevado custo de vida e que, por isso, “muitos se aproveitaram do facto para encetar a violência”. “Esta violência foi também praticada devido à falta de um interlocutor válido para negociar com o Governo a situação que se reivindica”.

Sobre os passos que o Executivo deverá dar daqui para frente, depois de se ter comprometido a trabalhar no sentido de reduzir o custo de vida no país, a fonte disse que, primeiro do que tudo, o Governo deve olhar para a economia e estudar maneiras de se redistribuir a renda.

“Também deve estudar, com muita profundidade, a problemática da pobreza urbana. Nas cidades temos uma população de consumidores e de venda de serviços e bens. Todos temos de participar no desenvolvimento das cidades, mas há quem tem mais responsabilidades”, frisou o académico.

No que respeita à posição assumida quinta-feira após o Conselho de Ministros Extraordinário, o docente referiu que, neste momento, o Executivo nada mais poderia fazer e dizer se não o que fez. “O Governo só poderia apelar à calma e comprometer-se a trabalhar para inverter a situação. Não poderia sair com promessas que sabe que não poderá cumprir sob pena de perder credibilidade junto dos eleitores”, afirmou para de seguida destacar que com esta posição o “Governo acabou por deixar uma porta aberta para a tomada de medidas para debelar esta crise”.

Porém, reconheceu que a médio prazo passos podem ser dados no sentido de se criar aquilo que chamou de almofadas para sustentar a subida galopante dos preços dos produtos básicos.

Sobre o impacto da crise financeira e económica internacional no país, António Gaspar disse que Moçambique não pode fazer muito, mas o Governo pode fazer deste facto uma oportunidade, por exemplo, para tomar medidas para atenuar o impacto dessa crise e uma delas é um diálogo explicativo para que a população compreenda o que se está a passar. “É preciso que as pessoas saibam que apesar de Cahora Bassa (HCB) ser nossa, ela é uma empresa e esta tem os seus mecanismos de funcionamento”, elucidou.



Aminudim Muhammad

INCENTIVAR A PRODUÇÃO

Maputo, Sábado, 4 de Setembro de 2010:: Notícias

Os acontecimentos de quarta e quinta-feira são reflexo de que no país algo muito importante e profundo vai mal. Esta apreciação foi feita pelo teólogo muçulmano Aminudim Muhammad, para quem o Governo deve tomar muito a sério a chamada de atenção que foi feita pela população nas manifestações em causa.

“As manifestações que se realizaram, embora sejam ilegais, são reflexo de algo que precisa de solução. É como uma borbulha que sai no nosso organismo quando o nosso corpo está doente. O Governo deve tomar esta manifestação como uma borbulha que saiu de alguém que está doente e ver a maneira como deve curar não a borbulha mas as causas que provocaram o surgimento dessa borbulha”, exemplificou. Segundo a nossa fonte, essa doença é o custo de vida e, para se ultrapassar o problema, o Governo deve fazer um plano a longo prazo para baixar esse custo de vida. Para tal, Moçambique, segundo a nossa fonte, deve seguir os exemplos da Índia e da China, que a dado momento da sua história concentraram-se na produção interna, incentivando a produção agrícola e industrial, o que fez desses países hoje a potência em que se transformaram.

A população deve saber que é produzindo que se vai eliminar a fome. “Será que estamos condenados a importar tudo, desde cebola, batata, feijão, alho, açúcar, etc.?” questionou.

A concluir, Muhammad afirmou que a par das medidas de promoção do desenvolvimento, todos os moçambicanos, incluindo os membros do Executivo devem pautar por uma cada vez maior contenção de despesas.

"Somos um país pobre e a postura do nosso governante deve ser de contenção de gastos e nunca de esbanjar". Acresceu que o dinheiro que resultar desta poupança deverá ser canalizado para subsidiar, temporariamente, o preço dos produtos básicos, enquanto se incentiva à produção dos mesmos.

=====

Opinio

Sobre os acontecimentos de 1 de Setembro

SR. DIRECTOR!

1 de Setembro de 2010, um dia como qualquer outro, mas sangrento que de repente registou aquilo que o sociólogo Carlos Serra chama de sismo social, causado pelo agravamento das taxas de consumo de água, luz, pão e outros produtos básicos.

Maputo, Segunda-Feira, 6 de Setembro de 2010:: Notícias

Ao alvorecer do dia registaram-se os primeiros sintomas de manifestação. As populações de várias faixas etárias (incluindo crianças que foram sujeitas a ritos de iniciação à violência) movidos pelo fenómeno de injustiça social amotinaram-se nas principais vias de acesso aos transportes, iniciando actos de violência. A manifestação não foi pacífica, pois as pessoas comportavam-se indecentemente, praticando toda casta de desatinos, saqueando bens, insultando, ferindo, criando desestabilidade. Era um fenómeno semelhante ao que acontecia no Império de Monomotapa com a morte do Mambo – um caos total que pressupunha a recuperação do ambiente social para o *statu-quo*. Era um verdadeiro *casus belle* provocado pela ineficácia na formulação de políticas públicas e por outros factores de ordem estrutural sistémica.

Vários factores de ordem estrutural contribuíram para a eclosão do fenómeno. Destaca-se por um lado, factores de ordem endógena como negligência no traçado de programas e projectos de desenvolvimento, fraca política proteccionista em relação as exportações e importações, a inexistência de um quadro de relações saudáveis entre Estado-Governo e o Estado- Social – contrato social, o fosso social no seio da sociedade (desigualdades entre os ricos e pobres), ineficiência na provisão dos serviços sociais básicos (saúde, educação, água, saneamento, etc.), a insegurança alimentar provocado pela falta de estratégias eficazes para o desenvolvimento do sector agrícola; por outro lado, destaca-se factores de ordem exógena, a conjuntura internacional – a subida do preço de barril de combustível que contribui para o aumento cada vez mais crescente dos preços de combustível no mercado nacional; a dolarização da economia (dependência do dólar) aliado a depreciação impiedosa do metical e, ainda a dependência do rand.

A outra coisa que acontece em Moçambique é que os projectos de desenvolvimento não beneficiam afincadamente às populações, mas têm a tendência de gerar elites políticas e económicas corruptas (ainda que aparecem disfarçados) – ostentadores de luxo na miséria e na maneira de pensar a vida –*way of life* – no dizer de um antropólogo neozelandês.

Os sindicatos que deviam ser os porta-vozes da massa laboral andam inoperantes e quase inexistentes. O que acontece é que os grupos sociais organizados como os sindicatos, são os mesmos que se atrelam ao partido no poder lhe prestando vassalagem – uma doença que chamo de *síndrome do sim*. Há falta de diálogo entre os sindicatos e o Governo, daí haver ruptura do contrato social entre a massa laboral e o Governo.

As elites políticas e económicas assumem posições estratégicas como actores de desenvolvimento, mas negligenciam o seu papel na formulação e implementação de programas e projectos de desenvolvimento. Essas elites, apesar de se mostrarem de preocupados com a pobreza absoluta, pouco têm feito em termos de acções palpáveis e incisivas para atenuar os males que a pobreza acarreta à sociedade, limitando-se em garantir melhores condições de vida para um grupo privilegiado de indivíduos, gerando o fosso social no seio da sociedade.

A cooperação e solidariedade sociais perderam-se com a economia do mercado, e em seu lugar nasce a concorrência, observando-se que as elites tendem a concorrer com este grupo que deviam proteger servindo de porta-voz com o Governo.

Mais do que isso, nota-se a negligência na análise de como alguns grupos sociais encaram, vivenciam e interpretam a pobreza – quando alguns discursos revelam que a “*pobreza é mental*”. Outros discursos falaciosos, manipulatórios (através de estatísticas) que não se consubstanciam com a realidade evidenciam que, “*o estado da nação está bom, Moçambique está a crescer economicamente, no ano X economia do país cresceu a 2 dígitos*” conforme nos brindava a cessante Primeira-Ministra, Luísa Diogo. No que se refere a massa laboral, importa referir que apesar de sucessivos reajustes salariais (insignificantes), o *modus vivendus* continua crítico.

Todo rol de factos sociais acima descritos, analisados sociologicamente, contribuem para a fúria popular, perante situações que os magoam.

O fenómeno de 5 de Fevereiro 2008 e o do pretérito 1 de Setembro foi causado pela “*saturação popular em meio urbano perante situações que os magoam e lhes fere, que geram revolta, que rebentam as costuras de resignação e do fatalismo, que subvertem o optimismo dos discursos oficiais, estatísticas, saúde macroeconómica, que agem com a lógica do efeito dominó*”, no dizer do Professor Carlos Serra.

Os preços do pão, da luz, da água, combustíveis, etc, “*são fusíveis que saltaram, são coágulos de relações assimétricas que se tornaram visíveis em toda sua crueza e que permitiram a consciência plena das injustiças sociais*”, à luz da visão do Serra.

Estas catástrofes sociais o Estado pode e deve evitar através de diálogo com as camadas sociais mais desfavorecidas. A-propósito, o discurso oficial proferido pelo Presidente da República foi um simples informe descritivo do fenómeno. O discurso *devia ser preventivo e não reactivo*, de acordo com o académico Egídio Vaz.

Reconheço que até certo ponto houve exagero nas manifestações, mas fiquei incrédulo quando ouvi o discurso oficial nepótico do ministro do Interior, que apelidava os manifestantes de vândalos, afirmando que repudia, condena as manifestações considerando-as ilegais. Ora, o legal é a traição do Governo ao povo. O mesmo que quando chega o pleito eleitoral é chamado para o voto, mas depois desse período mesmo povo que os elege é descartados como se de fraldas descartáveis se tratasse. Eu penso que soo... ministro deve melhorar as entrelinhas do seu discurso. Mesmo depois do emergente Conselho de Ministro convocado por volta das 10.00 horas da manhã do dia 2 de Setembro, nada se decidiu senão descrever de novo o fenómeno. O porta-voz do Governo, Alberto Kutumula que lhe foi lançado a “batata quente” não disse nada de concreto se não repudiar os actos de vandalismo, conforme as elites políticas bem pronunciam. Foi um discurso infeliz, que não mostrou nada de novo e promissor.

Neste momento é desejável a mudança de postura das elites governamentais que devem vergar por alteração da forma de ser e estar através do reconhecimento da população como segmento do Governo e como portador de direitos, permitindo a participação pública do plano político para os demais, quer económico, social, cultural, etc., mostrando que ao **pensar colectivamente** cada cidadão têm o direito de influenciar no destino da comunidade.

Mas enfim, *quando a Frelimo promete cumpre (????!!!)*. Ficaremos sempre aptos para ver.

Mas uma coisa confesso, sinto-me órfão!!! Lágrimas !!!

- António Muchanga

=====

Notícias, Maputo, Sexta-Feira, 3 de Setembro de 2010::

Editorial

O PAÍS está a viver uma situação financeira, económica e social difícil que vale a pena reconhecê-la como um dos reflexos da crise que assola a economia mundial. Como que a legitimar esta realidade, Moçambique guarda marcas tristes das manifestações de rua que esta semana sacudiram e paralisaram quase que por completo a vida nas cidades de Maputo e Matola.

De um movimento popular aparentemente inofensivo, as manifestações da última quarta-feira acabaram descambando na violência com a pilhagem, saque, destruição e vandalização de bens públicos e privados a colocarem em causa a imagem de um país calmo e pacífico que construímos além-fronteiras, sendo por isso, que somos respeitados.

Não sendo esta a primeira vez que levantamentos de rua acabam marcados por actos que atentam contra a segurança do Estado e dos cidadãos, parece-nos razoável entrar numa reflexão à volta de um comportamento social que, sendo novo e atípico em Moçambique, começa a exigir de todos um olhar mais atento, que permita compreender-lhe os contornos que eventualmente possam escapar a uma avaliação menos criteriosa.

Em nossa opinião, este já não é mais um momento para nos contentarmos apenas com o diagnóstico da situação, do Estado da Nação, é sim de construirmos um projecto de solução dos problemas que seja claro, responsável e, sobretudo, aglutinador, para que ninguém se sinta excluído da gigantesca obra de construção de uma sociedade de igualdade e de justiça social. Será necessário, pois, otimizar os mecanismos de circulação de informação nas diferentes camadas da pirâmide, assegurando-se que a mensagem de desenvolvimento, de combate à pobreza, seja compreendida por todos para que ela se torne num elemento de coesão dos moçambicanos.

Está claro que numa sociedade democrática como a nossa, uma manifestação de rua é, sem dúvida, uma arma poderosa nas mãos do povo, cuja eficácia do seu uso tanto depende da justeza da causa que lhe deu origem, como da maneira como ela é posta em prática nos seus vários momentos. cremos, portanto, que o recurso à violência como método de manifestação há muito que provou ser mau e desajustado para o alcance dos seus objectivos, já que muitas vezes só conduz à distorção da causa comum, concorrendo para a destituição do interesse da maioria.

Para a maioria da população adulta deste país, a violência, a pilhagem e a vandalização da coisa alheia não são o caminho mais correcto para a solução de problemas sérios, como é o da alta do custo de vida, que, afinal, afecta a todos os moçambicanos, independentemente da sua idade.

O perigo que nos parece presente nas manifestações que tendem a enraizar-se no país é o facto de os jovens e adolescentes que integram as caravanas de protesto elegerem sistematicamente a violência como método para exteriorizar os seus sentimentos ou os de outros. A nosso ver, ao agir dessa forma, estes jovens e adolescentes podem estar a dar à sociedade um sinal amarelo sobre algumas falhas que persistem no complexo processo de educação e de formação da personalidade colectiva.

Para nós será importante que doravante todo o esforço seja concentrado na correcção desta distorção, ensinando-se aos jovens e adolescentes a usufruir das liberdades constitucionais, incluindo a de manifestação perante qualquer situação que ponha em causa seus direitos, sem recorrer necessariamente à violência como método de diálogo.

Julgamos também ser necessário que se reflecta sobre o papel que os adultos vêm jogando perante a violência gerada em cada manifestação, já que ao mesmo tempo que os jovens se desdobram em protestos de rua os adultos exteriorizam as suas ideias e posições em mensagens telefónicas que correm o país em poucos minutos, transmitindo sentimentos que muitas vezes revoltam e estimulam a violência e a desordem pela maneira crua e satírica como retratam a realidade e o dia-a-dia.

Estamos perante um problema que exige soluções engenhosas e criativas, considerando que a sua sistemática repetição pode conduzir a uma crise social que só agravaria o penoso impacto negativo trazido ao país pela crise financeira internacional.

Somos, pois, defensores de que se deve olhar com preocupação para o envolvimento de jovens e adolescentes em práticas oportunistas cada vez que ocorre um movimento popular no país. Mas será igualmente fundamental que a nossa acção colectiva tenha também em vista a moderação do pensamento dos moçambicanos, sobretudo os adultos que muitas vezes nada fazem para evitar atitudes exclusivas que só desvirtuam o sentido das reivindicações, adiam a solução dos problemas e perpetuam o sofrimento da maioria.